



COINTER PDVL 2023

X CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS

Edição Presencial Recife (PE) | 29, 30 de nov a 1 de dez

ISSN: 2358-9728 | PREFIXO DOI: 10.31692/2358-9728

REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

REPRESENTATIVIDAD NEGRA EN EL CURRÍCULO ESCOLAR: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LAS POLÍTICAS

BLACK REPRESENTATION IN THE SCHOOL CURRICULUM: AN ANALYSIS BASED ON EDUCATIONAL POLICIES

Comunicação Oral

Verônica da Costa Reis ¹; Isabel da Silva Piedade ²; Ketlim Jaciara Vieira Aguiar ³ Albano Dias Pereira Filho ⁴; Sônia Eduardo de Morais⁵

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.XCOINTERPDVL.0298>

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da representatividade negra no currículo escolar, considerando a lei que dá obrigatoriedade a essa temática, a saber 10.639/2003, que foi complementada pela Lei nº 11.645 de 10 março de 2008. O cenário educacional brasileiro é marcado por profundas desigualdades raciais que se manifestam em várias dimensões, incluindo a formação básica. Este estudo busca refletir a representatividade nos aspectos qualitativos, por meio de uma análise de literatura e dados empíricos, identificamos que a falta de representatividade negra não se limita apenas à presença física de professores negros nas instituições de formação, mas também se estende ao currículo, materiais didáticos e métodos de ensino. Este trabalho propõe um currículo mais inclusivo, não só beneficia professores e alunos negros, mas enriquece o ambiente educacional como um todo, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva. Os resultados deste estudo apontam implicações para pensar as políticas públicas, práticas pedagógicas e futuras pesquisas na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-Chave: Currículo, Racismo, Representatividade.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la representación negra en el currículo escolar, considerando la ley que hace obligatorio este tema, es decir, 10.639/2003, que fue complementada por la Ley nº 11.645, de 10 de marzo de 2008. El escenario educativo brasileño está marcado por profundas desigualdades raciales que se manifiestan en varias dimensiones, incluida la formación básica. Este estudio busca reflejar la representación en aspectos cualitativos, por medio de un análisis de la literatura y datos empíricos, identificamos que la falta de representación negra no se limita solo a la presencia física de docentes negros en las instituciones de formación, sino que también se extiende al currículo, materiales didáticos y métodos de enseñanza. Este trabajo propone un currículo más inclusivo que no solo beneficie a profesores y estudiantes negros, sino que enriquezca el entorno educativo en su conjunto, promoviendo una educación más equitativa e inclusiva. Los resultados de este estudio apuntan

¹ Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal do Tocantins., veronica.reis2@estudante.ifto.edu.br

² Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal do Tocantins., isabel.piedade@estudante.ifto.edu.br

³ Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal do Tocantins., ketlim.aguiar@estudante.ifto.edu.br

⁴ Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Tocantins., albano.filho@ifto.edu.br

⁵ Mestre, Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do tocantins., sonia.morais@ifto.edu.br

a implicaciones para pensar las políticas públicas, las prácticas pedagógicas y las investigaciones futuras en la búsqueda de una educación verdaderamente inclusiva.

Palabras Clave: Currículo, Racismo, Representatividad

ABSTRACT

This work aims to reflect on black representation in the school curriculum, considering the law that makes this theme mandatory, namely Law 10,639/2003, which was complemented by Law No. 11,645 of March 10, 2008. The Brazilian educational landscape is marked by profound racial inequalities that manifest themselves in various dimensions, including basic education. This study seeks to reflect on representation in qualitative aspects. Through a literature analysis and empirical data, we identified that the lack of black representation is not limited to the physical presence of black teachers in educational institutions but also extends to the curriculum, teaching materials, and teaching methods. This work proposes a more inclusive curriculum, which not only benefits black teachers and students but enriches the educational environment as a whole, promoting a more equitable and inclusive education. The results of this study point to implications for thinking about public policies, pedagogical practices, and future research in the pursuit of truly inclusive education.

Keywords: Curriculum, Racism, Representation.

INTRODUÇÃO

A representatividade negra é um princípio fundamental para a promoção da justiça social e igualdade, em uma sociedade tão difusa quanto a brasileira. Desse modo, faz-se necessário em um contexto educacional, tais temáticas serem não somente abordadas, mas desenvolvidas a partir de um pensamento crítico com base na formação de cidadãos conscientes, reflexivos e participativos.

Um país, como o nosso, notavelmente rico em diversidade racial e cultural, a questão da representatividade negra no currículo escolar tem sido objeto de debates e transformações significativas nas últimas décadas. A discussão ganhou tônica com a promulgação da Lei n.º 10.639/2003, que foi complementada pela Lei n.º 11.645 de 10 março de 2008 ao que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém, cabe salientar que ainda é lacunar, tal obrigatoriedade, na formação de professores.

No entanto, esta lei representa um marco importante na busca por uma educação mais inclusiva e igualitária, reconhecendo a importância da representação da população negra na formação da identidade nacional. Em consonância a tal perspectiva, vislumbramos a ausência da representatividade negra desses grupos étnicos majoritários, mas minoritários em seus direitos e visibilidade social. Desse modo, empreendemos a seguinte questão: Como essa



invisibilidade da população negra no currículo escolar pode perpetuar estereótipos prejudiciais, bem como contribuir para a invisibilidade histórica e cultural desses grupos?

Acreditamos que por não tecer, com relevo, tais discussões em espaços formativos essa temática se configura como uma naturalização de um processo de anos de escravatura no país, um olhar de quem pensa, “sempre foi assim”, é dessa naturalização que precisamos desbancar para pensar o lugar do negro como representatividade social e, acreditamos que no currículo isso denota uma visibilidade ao trazer a identidade, a história e a cultura de um povo que nos constitui.

Assim, ancoramo-nos na perspectiva crítica de Freire (2017), Hooks (2013) e Silva (2018) para compreender o modo como o currículo e as políticas educacionais podem manifestar condições de trazer as discussões mais densas e representativas do negro, para além de dias temáticos escolares como o da consciência negra, não que não seja importante, mas não pode ser limitadora a ela.

Neste contexto, este trabalho busca analisar o impacto das políticas educacionais e sua presença/ausência no currículo escolar. Pretendemos explorar como essas políticas têm contribuído para a promoção da representatividade negra, os desafios enfrentados em sua implementação e o papel desempenhado na formação e identidade dos estudantes, ou seja, de uma educação como prática de liberdade. Através desta análise esperamos destacar a relevância contínua da representatividade negra no currículo como um instrumento vital para a construção de uma sociedade mais equitativa, inclusiva e representativa dessa liberdade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora as discussões acerca da temática sejam históricas, somente com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, reverbera como uma resposta a uma demanda social e histórica, que dado o contexto escolar reflete no e por um currículo que espelhe a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. Embora o Brasil seja um país marcado por uma grande diversidade cultural e racial, por muito tempo, essa diversidade não encontrou espaço no currículo escolar, perpetuando uma visão dominante e homogênea das narrativas eurocêntrica e elitista da história e da cultura de um povo, marcadamente oprimido pelas condições que lhes foram historicamente impostas, a saber, a escravidão.



A representatividade negra no currículo escolar não é apenas uma questão de equidade, mas também de um posicionamento pedagógico, que na esteira de autores como Bell Hooks (2013) e Paulo Freire (2017) sinalizam a situação e condição em como a educação pode ser um ato de libertação, e nesse contexto, a inclusão de conteúdos que abordem a história e cultura afro-brasileira torna-se fundamental. Conforme apontado por Silva (2019), o currículo é um campo de disputa ideológica, e a seleção de conteúdos que são ensinados (ou omitidos) tem implicações profundas na formação de identidades e na construção social da realidade.

Desse modo, segundo Arroyo (2013) os saberes da docência disputam o currículo, ao considerar o lugar da representação de professores negros, isso se agrava, pois esse autor denuncia o estado ausente desses saberes nos conhecimentos escolares. Arroyo (2013) afirma ainda que, tanto os mestres quanto os docentes têm um acúmulo rico de vivências, de estudos, de conhecimentos e narrativas, sujeitos de história sem direito a reconhecer sua história.

Entretanto, a mera inclusão de conteúdos não é suficiente; é necessário também abordar esses temas de maneira crítica e contextualizada, evitando estereótipos e generalizações. A representatividade deve ser acompanhada por uma pedagogia que promova o pensamento crítico, a valorização da cultura afro-brasileira e a desconstrução de preconceitos.

Na tessitura dialógica entre Hooks (2013) e Freire (2018), esse autor, em sua obra "Educação como Prática da Liberdade", convida para um olhar crítico e reflexivo sobre a educação e seu papel na sociedade. Argumenta ainda que, a educação deve ser um processo de conscientização, conduzindo os alunos a entender o mundo à sua volta e sua posição dentro dele. A conscientização implica não apenas entender a realidade, mas também se tornar consciente das possibilidades de agir para transformá-la. Desse modo, o diálogo é central em sua perspectiva teórica. Freire (2018) critica o modelo de educação "bancária", em que o docente deposita informações no educando. Em vez disso, Freire propõe uma educação problematizadora, em que educadores e educandos dialogam para descobrir juntos os problemas do mundo e como resolvê-los.

Sendo assim, para uma educação crítica e libertadora Freire (2017) tenciona que a educação deve preparar os indivíduos para participar ativamente da sociedade, e por meio da educação as pessoas podem se libertar de opressões de diversos tipos, como as econômicas, sociais, raciais e de gênero.



Bell Hooks (2013), por sua vez, é uma intelectual, feminista e ativista social estadunidense que, em obras como, "Ensinado a transgredir: educação como prática de liberdade", expande a discussão da educação para a liberdade. Para Hooks, a sala de aula deve ser um "lugar de possibilidade", em que as barreiras de raça, gênero e classe social possam ser desconstruídas. A autora valoriza o poder da educação para transformar não apenas o indivíduo mas também as relações sociais, o que ela vê como essencial para a prática da liberdade. Ao que encontra em Freire pontos de convergência, pois ambos veem a educação como um ato político e emancipatório. O diálogo é fundamental em suas pedagogias, assim como a necessidade de uma relação mais horizontal entre educador e educando. O objetivo não é apenas transmitir conhecimento, e sim criar as condições para que o pensamento crítico floresça.

A educação, em ambos autores, não é neutra. Ela pode tanto perpetuar sistemas de opressão como atuar na libertação dos indivíduos. A escolha por uma educação para a liberdade requer comprometimento, reflexão e ação, tanto por parte de educadores quanto de educandos. Ao pensar políticas educacionais nessa perspectiva é tornar a educação uma prática de liberdade. Eles nos desafiam a reconsiderar não apenas os métodos de ensino, mas também os fins e os contextos nos quais a educação ocorre.

Nesse contexto, a Lei nº 11.645/2008, não deve ser vista apenas como um cumprimento curricular de uma formalidade legal, pode ir além como uma oportunidade para reexaminar e reestruturar os currículos de modo que reflitam a pluralidade e complexidade do tecido social brasileiro. Segundo Apple (2011), o currículo não é neutro, ele é parte, seleção da "tradição seletiva" de alguém, de algum grupo acerca do que seja legítimo o conhecimento a ser ensinado.

Dada as relações de poder, em que certos grupos estão submetidos a vontade de outros, a minoria de pessoas negras que compõem esses espaços políticos de debate, não encontram relevo para pôr em questão e problematizar, em um diapasão, a representatividade da maioria (minorizadas) nas narrativas das questões sociais e educacionais negras. Há uma clara invisibilidade da temática, muitas vezes pormenorizadas, o que se pode comprovar por quando essa temática ganhou espaço na política curricular brasileira, ao considerar o período longo de escravidão no Brasil. É impossível não considerar esse fator histórico como relevante, em que a negação dos direitos básicos foram tomados desse povo.

É através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar na teoria curricular. O texto curricular,



entendido aqui de forma ampla – o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. (Silva, 2019, p.101 – 102)

Ao ponderar criticamente sobre a representatividade negra no currículo escolar, especialmente à luz da lei que torna obrigatório o ensino dessa temática, identificamos possibilidades para intensificar um debate que, embora recente, já faz parte do contexto social. No entanto, sua representatividade social ainda é limitada. O enfoque curricular sobre a questão, ainda que tenha demorado para ser inserido, emerge como um tema crucial, considerando que sua presença formal tem pouco mais de uma década.

Essa herança tradicional de conceber o conhecimento, desconsidera e invisibiliza os que estão à margem do cenário de poder. Dessa forma, ela contribui para perpetuar sistemas de exclusão e desigualdade, reforçando estruturas sociais que marginalizam determinados grupos, em especial as comunidades negras. Essa marginalização não é apenas simbólica, tem implicações práticas, visto que a falta de representatividade nos currículos influencia como os alunos enxergam a si mesmos, seus potenciais e suas possibilidades de contribuição para a sociedade.

Portanto, ao não incorporar de forma significativa a diversidade e a complexidade das experiências e culturas negras, a educação falha em seu papel de ser um veículo para a liberdade e a transformação social. Isso torna urgente a necessidade de implementar e fortalecer a política curricular para que ela seja efetiva e representativa, configurando assim o compromisso de formar cidadãos críticos, conscientes e habilitados para uma sociedade capaz de superar o preconceito e o racismo, uma vez, que somos uma mistura de povos e, nesta luta, a voz é unívoca por respeito e reconhecimento identitário de cada um.

Essa questão não deve importar apenas aos negros, contudo a todos que compõem a sociedade, pois a falta de representatividade e a perpetuação de estereótipos limitam o potencial humano coletivo e enfraquecem o tecido social. A exclusão de vozes e perspectivas diversas na educação é um empobrecimento para todos, não apenas para aqueles que são diretamente marginalizados.



É essencial entender que a diversidade não é apenas uma 'discussão' temporária, emergente e cultural ou um objetivo político; ela é uma realidade humana e social que enriquece nosso entendimento do mundo. A inclusão de diversas perspectivas, especialmente aquelas que foram historicamente marginalizadas, contribui para uma educação mais completa, justa e equitativa.

Ela nos permite abordar problemas complexos de forma mais criativa e eficaz, uma vez que as soluções podem ser abordadas a partir de múltiplos pontos de vista. É nessa perspectiva problematizadora dos autores que implicamos pensar as políticas públicas, as práticas pedagógicas e ampliação de debates fundamentados na possibilidade de uma educação curricular como prática de liberdade.

METODOLOGIA

Neste estudo, cujo objetivo é estratégico e básico, adotamos uma abordagem qualitativa e conduzimos por um levantamento bibliográfico empírico. O trabalho fundamenta-se em uma visão crítica do currículo, inspirada pelas contribuições de Tomaz Tadeu da Silva (2019) e pela política de formação de professores de Paulo Freire (2017, 2018). Adicionalmente, nossa base bibliográfica inclui pesquisadores focados na temática negra e Afro-brasileira, como Bell Hooks (2013), Gomes (2012), Santos, Cavallero, Barbosa e Ribeiro (2008), e Munanga (2022). O estudo também é apoiado pela legislação vigente, especificamente pelas alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.

O objetivo da pesquisa não é fornecer uma solução definitiva para a problemática abordada, mas sim contribuir para o debate em torno dela. Seguindo a linha de Gil (2002, p. 27), trabalhos direcionados à "aquisição de novos conhecimentos destinados a ampliar áreas com o objetivo de resolver problemas práticos reconhecidos" são categorizados como pesquisas básicas estratégicas.

Concordando com Marconi e Lakatos (2011, p. 269), esta pesquisa qualitativa se distingue das abordagens quantitativas não apenas pela ausência de instrumentos estatísticos, e sim pela maneira como os dados são coletados e analisados.

Deste modo, a estrutura deste estudo reflete a aplicação deste quadro metodológico, com o desenvolvimento do trabalho circunscrito a uma discussão teórica que aborda a complexa



questão da representatividade negra no currículo educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A representatividade negra no currículo escolar é um tema que ganhou ênfase nas últimas décadas, refletindo um avanço decisivo na busca por uma educação mais inclusiva e igualitária. O desenvolvimento da representatividade negra no currículo ganhou impulso significativo com a promulgação da Lei n.º 10.639/2003, que foi complementada pela Lei nº 11.645 de 10 março de 2008 no qual estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, resultando em um marco importante na luta contra o racismo e na promoção da diversidade cultural.

Além disso, a ausência da representatividade negra nos currículos escolares perpetua o ciclo de ignorância e preconceito, afetando não apenas a autoestima e a autoimagem dos estudantes negros, mas também formando cidadãos não negros com visões estereotipadas e distorcidas. Isso tem implicações negativas para a coesão social e o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Tal inclusão, corrobora para a representatividade negra na educação como uma questão de justiça social que tem o potencial de beneficiar todos os membros da sociedade. Ela nos convida a questionar e reformular estruturas de poder e conhecimento, tornando a educação uma prática mais próxima da liberdade e da igualdade.

O imperativo, portanto, é não ver essa inclusão como uma concessão ou um favor, contudo como um passo necessário e urgente na construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos. Políticas educacionais legais, como essa da inclusão racial, têm contribuído para o avanço dessa agenda, o desenvolvimento dessa representatividade está intrinsecamente ligado à compreensão da importância da diversidade étnico-racial na construção da identidade e na promoção do respeito mútuo.

De acordo com a Lei supracitada é preconizado no Artigo 26-A, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.94/96, no parágrafo primeiro.

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura



negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Brasil, 1996)

Ao considerar o cenário educacional brasileiro marcado por profundas desigualdades raciais que se manifestam em várias dimensões, incluindo a formação básica, ao que identificamos que a falta de representatividade negra não se limita apenas à presença física de professores negros nas instituições de formação, mas também se estende ao currículo, materiais didáticos e métodos de ensino. Na esteira do pensamento de Munanga, (2022) entendemos que,

O Brasil, um país que justamente nasceu do encontro das culturas e civilizações, não pode se ausentar desse debate. O melhor caminho, a meu ver, é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade através das reivindicações de suas comunidades e não aquele que se refugia numa abordagem superada da mistura racial que, por dezenas de anos, congelou o debate sobre a diversidade cultural e racial no Brasil que era visto apenas como uma cultura e uma identidade mestiça. (Munanga, 2022, p. 118)

Este trabalho propõe um currículo mais inclusivo, não só beneficia professores e alunos negros, como também enriquece o ambiente educacional como um todo, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva, voltada como prática de liberdade.

Para Hooks (2013), ao examinar criticamente o papel tradicional da universidade, observa-se que ela na busca de um verdade e na partilha de conhecimento suas narrativas evidencia a particularidade que sustenta e mantém a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo, que distorcem a educação a tal ponto que ela deixou de ser prática de liberdade.

O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução da antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aulas, de como ensinamos e do que ensinamos foram revoluções necessárias – que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta. (Hooks, 2013, p. 46)

Essa discussão se acentua quando observamos no espaço formativo de professores da educação brasileira essa lacuna, pois, para promover uma discussão que tangencia pela discriminação racial, de gênero entre outras formas, a universidade precisa revestir do seu papel como produtora e disseminadora de conhecimento, dado que questionar e discutir de maneira



ativa esse lugar é promover uma educação libertadora, reconhecendo a importância de todos os sujeitos que a compõem, caso contrário, continuará o espaço vazio do debate e a aceitação da pouca representatividade negra em seus espaços e discursos, é preciso uma política de ações afirmativas que deve ser fortalecida.

A não aceitação e a indignação contra as discriminações racial e de gênero, que foram impostas historicamente aos negros e às mulheres, são pontos cruciais para nos direcionarmos às políticas de ações afirmativas, buscando construir um novo conjunto de direitos bem como a restauração das capacidades humanas desses grupos vulnerabilizados pelas discriminações. (Santos, Cavallero, Barbosa e Ribeiro, 2008, p. 915).

É fato que o currículo representa um espaço de poder, como afirma Arroyo (2013) “um território em disputa”, ao que se inscreve em uma narrativa que norteará os conhecimentos estudados pelos alunos, ao que a depender da perspectiva adotada pode reduzir essas discussões, ao contrário do que se espera de uma perspectiva crítica e pós-crítica, ao que nos alinhamos as teorizações de Silva (2019, p. 99) “como análise política e sociológica, a teoria crítica do currículo tinha que levar em conta também as desigualdades educacionais centradas nas relações de gênero, raça e etnia”, assim ao buscar tecer as complexas relações que ocorrem na dinâmica do espaço escolar, elas não podem ser simplesmente ditas, deve-se efetivamente ser discutidas.

Dessa forma, posicionar-se no âmbito acadêmico/escolar é visibilizar um discurso que há muito sofreu e ainda sofre do apagamento discursivo, especialmente no espaço formativo. Para Gomes (2012, p. 733) “se a lógica do pensamento abissal é tornar os Outros inexistentes e inferiores, a lógica desses Outros é conquistar o seu lugar de existência”, segundo a autora esta pode ser considerada como uma das características do movimento negro em relação à questão étnico-racial no Brasil. Ao que reforça a necessidade de uma luta, um posicionamento, um enfrentamento para ressignificar os modos como essa temática é trabalhada, precisa ir além do “Dia da consciência negra”, é preciso efetivar uma política contínua de conhecimento da identidade, história e cultura do povo que nos constituiu, diga-se de passagem, em sua grande maioria.

A despeito e simultaneamente a isso, o sistema educacional brasileiro, e as demais instituições sociais, está carregado de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o



que propicia em muitos momentos, um contexto escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas “diferentes” – com destaque para os pertencentes à população negra.

Nesse contexto, Freire (2008) já alertava para a necessidade de educar para a liberdade, superando a abordagem educacional bancária e respeitando a identidade cultural do aluno, indo além de um pensamento/prática linear e homogênea da história. É essencial considerar a política curricular ao situar a incorporação efetiva da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" nos currículos escolares. Essa inclusão tem permitido que estudantes de todas as origens tenham a oportunidade de aprender sobre a diversidade cultural do Brasil, reconhecendo as contribuições e desafios enfrentados por esses grupos ao longo da história.

Ao adotar essa abordagem, é possível criar oportunidades para a articulação e integração. Portanto, a mudança não é apenas uma questão de mudança superficial, mas sim um convite para repensar os fundamentos subjacentes à temática negra.

É uma oportunidade para transformar o modo como abordamos a construção do conhecimento, promovendo a integração de diversas perspectivas e enriquecendo a experiência de quem somos e nossa circunscrição histórica, pois somos um povo que foi duramente formado no chão da senzala. Esse lugar e essa visão devem ser respeitados, sobretudo de sua condição que há muito foi naturalizada.

CONCLUSÕES

As considerações permanecerão em aberto, pois são embasadas nas reflexões do pensamento crítico, que sublinham a necessidade contínua de engajamento e discussão. Reconhecemos que, apesar dos avanços já realizados na inclusão da representatividade negra na educação e em outras esferas sociais, ainda estamos diante de desafios significativos. Isso inclui a desconstrução de estereótipos enraizados, a eliminação de barreiras institucionais e a implementação de políticas educacionais que fomentem uma inclusão autêntica e significativa.

O fato de que a conversa permanece "em aberto" não é uma falha, e sim um reflexo da complexidade e da multifacetada natureza dos problemas que estamos abordando. Assim, torna-se essencial que continuemos a questionar, avaliar criticamente e reformular nossas práticas e



políticas, à luz das novas descobertas e compreensões.

O debate não é apenas necessário, ele é vital para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Não deve ser visto como um projeto com um ponto final, mas como um processo contínuo de aprimoramento e transformação, sejam elas no currículo ou na sociedade, urge por ressignificações constantes, pois muitos são os desafios.

Sendo assim, a evolução da representatividade escolar, desde suas raízes históricas até os desafios contemporâneos, ressalta-se sua importância na promoção da igualdade e da diversidade cultural. Criação de cursos de formação de professores que levem em consideração as particularidades locais e os destinatários desta formação. Essa abordagem vai além das normas curriculares ou das regulamentações legais, buscando situar-se e trabalhar sem impor modelos rígidos que prescrevam como esses profissionais devem construir seus saberes. Em vez disso, a ênfase está no respeito e na compreensão de que é possível transcender o estabelecido.

Nesse sentido, o pensamento crítico fornece a estrutura e as ferramentas necessárias para continuar a questionar a posição e avançar em direção a uma educação e uma sociedade verdadeiramente inclusivas e igualitárias. A resistência às mudanças curriculares, bem como a falta de materiais didáticos adequados e a persistência do racismo institucional são desafios que precisam ser enfrentados para que a representatividade negra continue a se desenvolver de maneira eficaz no currículo escolar.

O desenvolvimento da representatividade negra no currículo escolar é um processo contínuo e vital para a promoção da igualdade e da justiça social. Reconhecer a importância dessa representatividade é um passo fundamental na construção de uma educação mais inclusiva, assim agindo para uma formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a diversidade étnica e cultural do Brasil.

Nossa base de apoio reside na compreensão de que somente por meio do conhecimento, respeito e do olhar localizado, enraizado nas vivências e experiências de pertencimento a um lugar específico de um povo, da sua cultura e identidade podemos efetivamente mudar o pensamento. Esse olhar nos permite reconhecer a diversidade de saberes que nos rodeia e nos motiva a valorizá-los, inclusive no contexto educacional, especialmente, nas práticas curriculares.



Dessa forma, reafirmamos a importância de uma abordagem sensível às realidades locais, que considere as vozes e perspectivas da comunidade em que a formação ocorre. Isso implica reconhecer que a construção do conhecimento não deve se limitar por padrões pré-definidos, mas sim nutrida pela riqueza e multiplicidade de experiências e saberes que permeiam nossa sociedade, em busca de uma educação libertadora. A valorização dessas diferentes formas de conhecimento contribui para uma educação mais inclusiva, aberta e contextualizada.

Por conseguinte, é através do respeito, da empatia e do entendimento das complexidades culturais e sociais que podemos promover uma mudança genuína do pensamento, conduzindo a um olhar mais apreciativo em relação aos conhecimentos que emergem das diversas esferas da vida. Ao fazermos isso, avançamos em direção a uma formação mais humana, enriquecedora e eficaz, que reconhece e considera a multiplicidade de perspectivas que formam nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

APLLE, Michael W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: Currículo, cultura e sociedade. – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** – 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10. 639, 09 de janeiro de 2003:** altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a Obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.465/08, publicada em 11/03/2008** no Diário Oficial da União. Altera a Lei 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a Obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 55ª.ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 43^a.ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: Educação como prática de liberdade**. -São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01/10/2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020.

MUNAGA, Kabengele. **O mundo e a diversidade: questões em debate**. ESTUDOS AVANÇADOS 36 (105), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/?format=pdf> acesso em 04/10/2023.

SANTOS, Sales Augusto dos; CAVALLEIRO, Eliane; BARBOSA, Maria Inês da Silva; RIBEIRO, Matilde. **Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jsk9q7XZHqH5PXCQG94TG4P/?format=pdf&lang=pt> acesso em 04/10/2023

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. -3. ed: 11. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019

